

Caderno 5

**Primeiras infâncias
quilombolas**

PIA PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRRACISTA





P!A PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRRACISTA

Caderno 5:
Primeiras infâncias quilombolas

Iniciativa



Parceria institucional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL





Ficha técnica

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil

Joaquin Gonzalez-Aleman

Representante adjunta para programas

Layla Saad

Especialista em Desenvolvimento Infantil na Primeira Infância

Maíra da Silva Souza

Especialista de Educação Infantil

Carolina Velho

Consultoras

Gabriela Monteiro

Luana Natielle

Oficina de cocriação

Este material foi elaborado a partir de escutas com lideranças quilombolas em oficinas de cocriação realizadas em agosto e setembro de 2025. Participaram das oficinas:

Oficina de Cocriação em Camaragibe (PE)

Ana Catharina Albuquerque, Carol Freire, Débora Ferreira dos Anjos, Deybson de Oxalá, Fernanda Bahia, Fred Bell Maya, Gabriela Monteiro, Geisiane Paula Pacheco da Silva, Israel da Silva Oliveira, Jacira Fernandes, Jauhino José da Rocha Silva, José Arcanjo, Márcia Susana Gonçalves Lima, Marta Ferreira, Moabia Ferreira (Omoadeoyá), Rarl Maria de Oliveira, Rhaíza Oliveira, Thiago Henrique, Thuany Duarte.

Oficina de Cocriação em Simões Filho (BA):

Ana Santana do Carmo, Andressa Verdeiro Mendes, Cleidiane Barbosa dos Santos, Crispina da Conceição, Cristovão Santos de Jesus, Edna Damasceno Batista, Eliane Nascimento, Elizangela Ferreira, Fábio B. Coutinho, Gabriela Monteiro, Ivete Pereira de Souza Franca, José Geraldo S. P. Filho, Josevalda Castro Santos

da Silva, Laurimar A., Leoria Sónho D. Fé, Manoel Bonfim S. da Silva, Maria das Graças, Maria Izabel, Raquel Malta, Romilda Mendes dos Santos, Rosemeire Santos, Sirlene Gomes dos Santos, Thuany Duarte e Viviane dos Santos Medeiros.

UNICEF Brasil

Helena Oliveira, Juliana Vergetti, Maíra Souza, Maria Luisa Passos e Rute Souza da Cruz

Ministério da Igualdade Racial

Edilma do Nascimento Souza, Jefferson Cruz Acácio, Lucas Souza, Luzi Miranda Borges, Rafaela Fernandes de Oliveira, Sarah Nascimento dos Reis.

Coordenação editorial

Gabriela Monteiro, Jefferson Cruz Acácio, Maíra da Silva Souza, Sarah Nascimento dos Reis

Produção de conteúdo dos cadernos PIA – Primeira Infância Antirracista (2023)

Andreia Simplicio, Ayodele Floriano, Luciano Ramos, Maíra da Silva Souza e Priscila Pereira

Revisão de conteúdo

UNICEF Brasil

Carolina Velho, Erondina Barbosa, Maíra da Silva Souza, Tatiana Santiago

Ministério da Igualdade Racial

Edilma do Nascimento Souza, Jefferson Acácio, Sarah Nascimento dos Reis

Ministério da Saúde

Eduardo Carvajal, Giovanna Gonçalves, Mariana Bahia, Rosimery Costa dos Santos, Yara Pitombo.

Ministério da Educação

Ana Carla Pereira Santos, Clelia Mara dos Santos, Eduardo Fernandes de Araújo, Lara Oliveira Vilela

Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome

Girinaldo Leônidas Jorge de Sousa Filho Neto, Rafael Moreira Serra da Silva

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Ana Clara Silva, João Bosco e Mayara Silva

Revisão de texto e copidesque

Taís Ahouagi

Projeto gráfico e Ilustrações

Breno Loeser



ÍNDICE

Para abrir o bate-papo	06
O que é o Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista?	08
Como esse material foi elaborado?	09
De onde partimos para esta conversa?	10
Identities	10
Branquitude	12
Racismo estrutural, sistêmico e institucional	14
Vieses inconscientes do racismo	17
Territórios de resistência e ancestralidade	19
Sobre as primeiras infâncias quilombolas	21
Afinal, o que é quilombo?	21
E as crianças?	27
Mas, e agora?	28
O Brasil é quilombola	30
O legado continua	40





Para abrir o bate-papo...

O que entendemos como Primeira Infância?

Segundo a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, a primeira infância é o período que vai de 0 a 6 anos completos (ou 72 meses de vida). Esses primeiros anos são considerados uma janela de oportunidade crucial para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem-estar social e emocional das crianças. Diversos estudos científicos têm demonstrado que as experiências vividas nesse período, bem como a qualidade das intervenções e dos serviços ofertados, formam a base para uma trajetória saudável na infância.

Os primeiros anos de vida são decisivos para meninas e meninos. O pleno desenvolvimento infantil depende da oferta de cuidado integral e intersetorial, articulando saúde, educação, assistência social e cultura. É fundamental garantir cuidado responsivo, segurança, proteção contra violências e oportunidades de aprendizado, de modo que os impactos dessa fase sejam positivos para toda a sociedade.

Para isso, mães, pais e cuidadores devem exercer a parentalidade protetiva. Ao mesmo tempo, profissionais das redes de saúde, educação e assistência social devem garantir um atendimento qualificado e comprometido com as especificidades étnico-raciais, territoriais e culturais das crianças e de suas famílias, apoiando-as na estruturação das bases do desenvolvimento pleno.

É na primeira infância que as crianças negras, quilombolas e indígenas vivenciam, pela primeira vez, alguma experiência de racismo — uma forma cruel de violência que tem impactos profundos a curto,

médio e longo prazo. De acordo com o Centro para a Criança em Desenvolvimento da Universidade de Harvard¹, o racismo é considerado uma “experiência adversa na infância”, portanto, trata-se de uma violação de direitos que promove estresse tóxico, medos e traumas.

Uma vez que estigmatiza e hierarquiza as diferenças entre as crianças, o racismo afeta diretamente as diversas dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção da identidade, da autoestima, do sentimento de pertencimento, da capacidade de socialização e da percepção de si, comprometendo a saúde física e mental.

O fator racial não deve ser analisado de forma isolada. É importante percebê-lo a partir de um olhar holístico, levando em conta fatores que podem adicionar camadas de violência e opressão à vivência das crianças, a exemplo de pertencer a comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e outros povos e comunidades tradicionais.

Diversos pesquisadores² têm comprovado que, mesmo quando invisibilizada, silenciosa ou naturalizada, a discriminação racial está presente nas interações cotidianas das crianças brasileiras e nas práticas institucionais. Pode ocorrer por meio das diferenças de tratamento, práticas, vieses e comportamentos discriminatórios nos serviços oferecidos por profissionais durante o atendimento às crianças e suas famílias, ou em interações com outras crianças e adultos, o que deixa marcas para toda a vida.

¹“How Racism Can Affect Child Development”, Center on the Developing Child (2019).

²Síntese de estudos qualitativos disponíveis em: “Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância” [livro eletrônico], Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2021).

IMPACTOS DO RACISMO

Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?



Fonte: Inspirado no quadro “Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?”, presente no Caderno “Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância”, do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)³

O que é a Estratégia PIA - Primeira Infância Antirracista?

Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo entre Estado, famílias e sociedade civil. Esse compromisso deve envolver os sistemas de saúde, educação, assistência social, cultura, justiça e direitos humanos, reconhecendo o problema e implementando práticas antirracistas.

Antirracismo é o conjunto de ações e políticas intencionais voltadas à desconstrução das práticas, estruturas e ideologias racistas, com objetivo de enfrentar o racismo, que promovem a igualdade racial em todas as dimensões da vida social. Essa luta não diz respeito, exclusivamente, ao povo negro, mas representa um compromisso ético, civilizatório e histórico que interessa, cada vez mais, à sociedade como um todo.

Nesse sentido, a Estratégia PIA - Primeira Infância Antirracista, iniciativa do UNICEF Brasil em parceria com o Governo Federal, tem como objetivo apoiar a produção e disseminação de materiais informativos, pedagógicos e metodológicos que contribuam para a implementação de práticas antirracistas nos diferentes serviços de atenção a gestantes, bebês, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial e cultural do país, de modo interseccional.

O objetivo é chamar a atenção de profissionais da educação infantil, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvol-

vimento infantil, além de garantir um atendimento qualificado e humanizado, que leve em consideração as especificidades étnico-raciais de cada infância e suas famílias, apoiando pais ou cuidadores a exercerem uma parentalidade protetiva e estruturante para fortalecer a base do desenvolvimento pleno desde o começo da vida.

Em novembro de 2023, no Dia da Consciência Negra e Dia Mundial da Criança, o UNICEF Brasil firmou um Memorando de Intenções com o Governo Federal, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), sob a coordenação do Ministério da Igualdade Racial (MIR). A Portaria Interministerial 7, de 10 de junho de 2025, instituiu o Comitê Gestor para implementar a PIA em nível nacional.

A estratégia está contemplada no Plano de Ações Estratégicas do Comitê pela Primeira Infância, no âmbito da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, dentro do eixo Viver com Direitos, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da equidade racial desde o nascimento.

Ao longo dos anos, a estratégia vem se consolidando e agregando novas parcerias nas instâncias dos setores públicos e privados, além do diálogo e construção conjunta com a sociedade civil. Como resultado da experiência acumulada, agora é o momento de potencializar o re-

³Disponível em https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf

conhecimento e a visibilidade em torno da pluralidade de infâncias racializadas no Brasil, dedicando um olhar especial à realidade das infâncias dos povos de comunidades e povos de terreiro.

Como esse material foi elaborado?

A construção de uma sociedade em que as crianças estejam livres do racismo, da discriminação e de todas as formas de violência é, necessariamente, um exercício coletivo e contínuo. Ao reconhecer a importância de garantir diversidade de perspectivas, experiências, vivências e saberes no debate, desde o início, o PIA promoveu espaços colaborativos e participativos para a elaboração de materiais político-pedagógicos.

Em 2022, o UNICEF Brasil realizou oito oficinas virtuais de cocriação, reunindo especialistas e representantes de organizações que atuam na pauta da primeira infância e na garantia dos direitos das populações negras e indígenas.

O resultado foi o lançamento de quatro cadernos temáticos em maio de 2023: 1. Primeiras infâncias negras e a saúde; 2. Primeiras infâncias negras e a educação infantil; 3. Primeiras infâncias indígenas; e 4. Primeiras infâncias negras e a assistência social. Todo esse material está disponível no site do UNICEF Brasil.

Para aprofundar as reflexões sobre as experiências e especificidades

das infâncias quilombolas, de povos de terreiro e comunidades tradicionais de matriz africana, foi realizado um novo ciclo de oficinas presenciais de cocriação entre agosto e setembro de 2025. As oficinas foram organizadas nos próprios territórios, valorizando o diálogo entre comunidades, especialistas, lideranças, representantes governamentais e organismo internacional.

Os novos cadernos foram divididos em dois blocos temáticos: Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades de Terreiro (PCTs). As discussões trouxeram reflexões fundamentais sobre abordagens e prioridades dentro dos temas propostos, voltados ao fortalecimento das políticas públicas para uma primeira infância plural, digna, inclusiva e antirracista.

Cocriação é um processo de construção coletiva e participativa que integra pessoas de fora da instituição ou empresa na idealização e desenvolvimento de um projeto, com o objetivo de reunir saberes comunitários e conhecimentos técnicos diferenciados para o conteúdo, ampliando as possibilidades de compreensão e ação, garantindo que diferentes modos de perceber o mundo sejam igualmente valorizados.



De onde partimos para esta conversa?

Para construir práticas antirracistas é preciso reconhecer, primeiramente, que o racismo é uma estrutura histórica, sistêmica e estrutural que se expressa nas relações sociais, nas instituições e nas políticas públicas. Ignorá-lo nos torna parte do problema e perpetua violências e exclusões. A transformação começa no reconhecimento da existência do problema, na tomada de posicionamentos e na adoção de práticas cotidianas e institucionais⁴. O antirracismo é uma luta de todos nós, independentemente da cor da pele ou etnia.

Nesse sentido, este caderno convida a refletir sobre conceitos, vivências e práticas que nos ajudarão a fortalecer ações concretas.

Identities

Quando você pensa na palavra “identidade”, o que vem à sua cabeça? Quais são as referências que você tem?

A palavra identidade remete ao conjunto de características, experiências e referências, como imagens, lembranças ou ideais, que ajudam a formar sua percepção sobre si mesmo, sobre os outros e sobre como as pessoas se relacionam socialmente.

Podemos compreender a identidade como um arcabouço que agrega raça, gênero, classe, territorialidade e etnia, contribuindo para a forma como indivíduos se percebem e são percebidos em diferentes contextos sociais.

Quando tratamos de raça, falamos sobre construções sociais e históricas, baseadas em parâmetros ideológicos, que organizam a hierarquização social em torno de valor e poder. Assim, esses marcadores identitários atravessam os corpos, as experiências e as vivências e são percebidos de distintas formas. Eles são importantes para pensarmos abordagens antirracistas, humanizadas, inclusivas e culturalmente sensíveis nos atendimentos e nos cuidados com crianças e famílias.

Ao longo da história, a categoria de raça foi posta para justificar desigualdades e violências. Tentativas de definir a origem das civilizações humanas e de encontrar afirmações científicas de hierarquização atribuíram o povo negro à base de padrões de inferioridade.

Espaços formais de educação reproduziram e consolidaram a manutenção de crenças fundamentadas na hierarquização, que define, por exemplo, os padrões de beleza a partir da racialização: torna tudo o que pertence ao povo negro como algo feio e inferior, como a cor da pele, o cabelo, os traços físicos, a cultura e os saberes. Uma ilustração desse cenário é a forma como a história da chegada dos povos africanos ao Brasil foi — e ainda é — narrada nas escolas: com insinuações a uma certa aceitação ou pouca resistência ao sistema escravocrata, minimizando resistências, negando protagonismo e reforçando marcas de inferioridade.

⁴ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

Hierarquização é a organização de pessoas, grupos ou objetos em escalas de valor ou relevância, através de categorias. Ela envolve sempre uma categorização que vai de baixo para cima, em que as posições que se encontram mais abaixo na escala são consideradas e percebidas como menos importantes ou valorizadas.

O antropólogo congolês Kabengele Munanga aponta que “é através da educação que a herança de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”⁵. Se a identidade se constitui por aspectos sociais organizados na história e alimentados na memória coletiva, torna-se urgente fortalecer narrativas positivas, que estabeleçam novas relações identitárias, valorizando a cultura, os saberes e as experiências de grupos historicamente negados. É preciso reconstruir histórias e símbolos, promovendo outras narrativas que reconheçam e protagonizem a trajetória de pessoas negras, quilombolas, indígenas, de povos de terreiro, de pessoas ciganas e de comunidades tradicionais, antes invisibilizadas.

Ao longo de séculos, os padrões de identidade dominantes foram brancos e europeus, estabelecendo referências de valor a partir do olhar colonizador. Por exemplo, a Carta do descobrimento, de Pero Vaz de Caminha, é o primeiro registro oficial do colonizador e descreve os povos indígenas de forma exótica e hierarquizada, naturalizando a visão europeia:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”

Apesar de se tratar de uma terra já existente e habitada, e que já era

povoada por diferentes etnias indígenas com seus costumes, crenças, culturas e práticas, as referências europeias eram, para Caminha, a medida de todas as coisas.

Na publicação “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”, Cida Bento aponta que as crianças estão atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, reconhecendo as características físicas visíveis que são bem aceitas ou não. Dessa forma, as crianças brancas, desde muito cedo, tendem a se sentir confortáveis com suas características físicas e, conseqüentemente, não apresentam o desejo de ter outro cabelo, outro nariz, outra cor. É comum se declararem bonitas, enquanto crianças negras estão constantemente desconfortáveis em suas condições raciais, como se fossem feias.

Essas percepções se manifestam em interações cotidianas e se reproduzem nas brincadeiras, na leitura de histórias infantis pautadas na herança literária e no reforço dos padrões europeus de beleza, bem como na reprodução dessas dinâmicas nos brinquedos, nos personagens infantis e no faz de conta, influenciando a construção da identidade e da autoestima.

O efeito cumulativo dessas experiências pode gerar sensações de inferiorização, reforçando hierarquias sociais que afetam a vida e o desenvolvimento. Tais interpretações também vão se aplicando em outros campos, como no afeto recebido, no acolhimento ou nas formas que as demandas trazidas pelas crianças são tratadas pelos adultos que lidam com elas cotidianamente. Reconhecer essas dinâmicas é essencial para planejar práticas educativas, culturais e de cuidado que promovam igualdade, respeito à diversidade e fortalecimento da identidade positiva de todas as crianças.

Branquitude

Durante muito tempo, os estudos sobre populações negras, indígenas e outros grupos étnicos não brancos foram conduzidos majoritariamente por pesquisadores brancos, a partir de referenciais eurocentrados, sem a participação direta desses povos como sujeitos e produtores de saberes sobre si. Estudar o outro ocupando um lugar de superioridade da zona de conforto, quando não guiada pela ética, pela alteridade, pelo cuidado e pelo compromisso com a equidade, tende a reproduzir posições de superioridade e distanciamento.

Quando o termo branquitude aparece em uma conversa sobre racismo, o que ele faz você pensar? Que reflexões provoca em você?

Esse conceito se refere ao lugar social, histórico e cultural das pessoas brancas dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo, uma posição que oferece privilégios materiais e simbólicos que podem ser invisíveis para quem o ocupa.

Desde a expansão colonial europeia, ser branco passou a ser tomado como sinônimo de ser universal. O mundo foi moldado a partir de referenciais brancos, sem precisar de explicação para o que é ser branco, já que tudo partia desse lugar. Assim, tudo que fugisse desse padrão precisou ser justificado, enquadrado ou negado.

A história da arte, por exemplo, condicionou os nossos olhares a visualizarem imagens brancas e até as representações cotidianas consolidaram esse modelo: corpos, rostos e narrativas brancas tornaram-se a medida do belo, do civilizado e do humano.

Dessa forma, normalizou-se a hierarquia e naturalizou-se o fato de pessoas brancas ocuparem lugares financeiramente superiores em

relação às pessoas negras e indígenas. Essa desigualdade é dada como se fosse algo natural, quando, na verdade, foi construída por meio de violências e opressões com base no racismo. Essa é a construção da superioridade branca a partir da escravização de pessoas negras.

Quando se discute racismo e os brancos dizem que não têm lugar de fala, essa é uma forma confortável de manter a prática racista. De modo oposto a esse discurso, na realidade, pessoas brancas têm um lugar extremamente importante no debate, já que podem, por exemplo, conversar com outros brancos sobre branquitude e o legado de segregação racial.

Dos 12 milhões de pessoas sequestradas dos países africanos, 10 milhões chegaram aos países onde foram escravizados. Desse grupo, 4,8 milhões chegaram ao Brasil. É o maior número de toda a diáspora africana nas Américas. O país teve o maior número de negros escravizados, distribuídos por todo o território brasileiro.

Vale salientar que o Brasil foi o último país no Ocidente a abolir o comércio de escravizados e o fez sem qualquer política de reparação ou inclusão social. A “liberdade” foi concedida, mas sem dinheiro, emprego, moradia ou qualquer tipo de planejamento que os permitissem construir uma vida digna e de oportunidades. Essas marcas estruturais se refletem até hoje na vida social, econômica e política do país.

Ao longo do caminho, os saberes, as produções e os conhecimentos das pessoas negras foram, em muitas situações, paternalizados pelas pessoas brancas. Um exemplo é o embranquecimento em ilustrações de algumas figuras negras de crucial importância em diferentes

campos, como Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga, Nilo Peçanha e até Jesus Cristo.

Quantas vezes você se deparou com uma pessoa branca dizer que não tem culpa de ter nascido branca e, por isso, não reconhece os privilégios a que ela tem acesso cotidianamente? Reconhecer o lugar da branquitude não é sobre culpa, mas sobre responsabilidade. É compreender como esse sistema opera e se comprometer com a transformação.

A realidade nos mostra que os privilégios estão em diferentes espaços: na presença majoritária de pessoas brancas nas universidades públicas (mesmo com as cotas raciais), na maior concentração de população de alta renda e nos maiores índices de representantes nas instâncias de poder no Brasil, para citar alguns exemplos.

Privilégio é a vantagem histórica e simbólica ou direito atribuído a um indivíduo ou a um grupo em detrimento dos demais, que se mantém independentemente do esforço individual de cada pessoa.

Essas condições mostram como se dá a manutenção de privilégios pela população branca, por mais que muitos tentem justificar tais conquistas como meritocracia. Entretanto, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, é impossível afirmar que todos os indivíduos têm condições de prosperar somente por mérito ou capacidades individuais. As condições sociais, econômicas e psicológicas são fundantes, e se reconhecer como uma pessoa privilegiada é um passo importante para se tornar aliada na luta antirracista.



Fonte: <https://twitter.com/gzhdigital/status/1284072855026585601>

Falar sobre racismo também é coisa de branco! Essa frase pode parecer dura, mas, se foram os antepassados brancos que criaram o sistema de escravização de negros e o racismo — que se mantém ao longo da história, assumindo novas formas sistêmicas —, também é papel das pessoas brancas questionar e dialogar entre si para entender como esse sistema opera na prática, além de implementar práticas de enfrentamento e reparação dessa realidade.

Racismo estrutural, sistêmico e institucional

O racismo se sustenta em um conjunto de práticas e ideias que colocam uma raça ou etnia em posição socialmente privilegiada, de vantagem sobre outras, gerando formas opressoras e desfavoráveis. Essas práticas não se limitam a ofensas diretas ou atitudes explícitas. Muitas vezes, o racismo se revela de forma silenciosa, com um indivíduo exaltando a própria raça ou etnia para diminuir as demais, com gestos, comentários, omissões ou oportunidades negadas. Por vezes, essas expressões do racismo ocorrem inconscientemente e atravessam o cotidiano, moldando as relações sociais e se manifestando nas estruturas sociais, nas instituições e nos sistemas de poder que organizam a vida em sociedade.

Racismo estrutural

No dicionário, o conceito da palavra estrutura se refere àquilo que dá sustentação a alguma coisa; “armação; arcabouço. Na prática, se retirarmos a base de uma estrutura, o que está construído sobre ela desmorona.

Essa referência simbólica é importante para reconhecer que o racismo não é um desvio ou algo pontual, mas parte do próprio alicerce

que organiza a sociedade brasileira. Logo, o racismo é estrutural, atuando em distintos espaços de poder e nas relações sociais, tanto no espaço público, quanto no privado. É um sistema que organiza desigualdades, portanto, tem caráter intencional e estruturante.

Alguns dados nos ajudam a visualizar como o racismo estrutural se apresenta no Brasil:

1. De acordo com o estudo de Pobreza Multidimensional da Infância e Adolescência no Brasil (2017 a 2023), produzido pelo UNICEF, as taxas de privação às dimensões básicas de bem-estar — como renda, educação, moradia e segurança alimentar — permanecem bem mais altas para crianças e adolescentes negros que para crianças e adolescentes brancos, destacando disparidades raciais. Entre as crianças negras, 63,6% enfrentam algum tipo de privação⁸, e 23,4% vivem em privação extrema.
2. Entre as crianças brancas, os percentuais de privação são 45,2% e de privação extrema, 12,3%⁹.
3. O mesmo estudo mostra que crianças negras enfrentam mais privações na educação, com alta desigualdade racial no indicador de analfabetismo. Em 2024, o total de pessoas negras analfabetas chegou a 6,7 milhões, número três vezes superior ao de pessoas analfabetas brancas¹⁰.
4. Por meio da Estratégia da Busca Ativa Escolar, o UNICEF Brasil identificou que o número de crianças e adolescentes que não frequentam a escola é mais elevado entre pretos, pardos e indígenas para todos os grupos etários¹¹. Nos primeiros anos de vida, o percentual de crianças negras (pretas e pardas) e indígenas que frequentam

⁸ O estudo analisa oito dimensões essenciais da vida de crianças e adolescentes - renda, educação, acesso à informação, água, saneamento, moradia, proteção contra o trabalho infantil e segurança alimentar - e aplica uma metodologia que diferencia privação intermediária, privação extrema ou nenhuma privação referente aos níveis de acesso a essas dimensões.

⁹ Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil - 2017-2023, disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2017-2023>

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7112>

a pré-escola é de 91,9%, valor inferior aos 93,5% de crianças brancas e amarelas na mesma situação¹². A realidade se estende até o ensino médio, em que é três vezes maior o número de pessoas negras de 14 a 29 anos que não frequentaram a escola e que a frequentaram, mas não completaram o ensino médio¹³.

5. Embora a proporção de pessoas negras acima de 25 anos com ensino superior completo tenha crescido 5,8 vezes entre 2000 e 2022, ainda equivale à metade da proporção de pessoas brancas (era de 2,1% e chegou a 11,7%). A população parda com esse nível de ensino cresceu 5,2 vezes, variando de 2,4% em 2000 para 12,3% em 2022. Mesmo com o crescimento, as desigualdades permanecem, uma vez que, ao compararmos com a população branca, houve elevação de 9,9% em 2000 para 25,8% em 2022, o que representa mais que o dobro do observado entre pretos ou pardos¹⁴.

6. O maior percentual de pessoas com 25 anos ou mais sem instrução e com ensino fundamental incompleto estava entre os marcadores de cor ou raça preta (40,5%) e parda (40,1%). Nos dados desagregados de cor ou raça branca da mesma faixa etária, a proporção de pessoas sem instrução com ensino fundamental incompleto era de 29,2%.

7. No mercado de trabalho, de acordo com a PNAD Contínua (2024)¹⁵, o rendimento médio mensal das pessoas pretas e pardas foi quase 50% inferior ao das pessoas brancas. Ainda assim, a população negra (preta e parda) constitui a maioria das pessoas ocupadas no país¹⁶, o que evidencia uma contradição estrutural persistente no acesso a oportunidades e na valorização do trabalho: pessoas negras são maioria na força de trabalho, mas continuam recebendo menos;

8. O Panorama da Violência Letal e Sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2023) também revela o impacto da desigualdade racial. Para cada 100 mil habitantes entre 0 e 19 anos, são assassinados 18,2 meninos negros, enquanto a taxa de mortalidade para o mesmo grupo entre meninos brancos representa 4,1 por 100 mil. Isso significa dizer que o risco relativo de um adolescente negro ser assassinado no Brasil é 4,4 vezes superior à de um adolescente branco. Quando analisada a questão de gênero, um menino negro tem 21 vezes mais risco de ser vítima de um homicídio que uma menina branca¹⁷.

9. Do total de vítimas de Morte Violenta Intencional (MVI), 13.829 (91,6%) estão na última faixa etária, entre 15 e 19 anos. Além disso, 90% das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos vitimadas são meninos e 82,9% são negros. O perfil majoritário de vítimas letais no Brasil, portanto, continua sendo adolescente, masculino e negro¹⁸.

10. De acordo com o Fórum Nacional de Segurança Pública (2025), a violência sexual atinge majoritariamente meninas e mulheres negras no Brasil: 55,6% das vítimas de estupro e estupro de vulnerável são negras.

11. A pobreza no Brasil também tem cor: 69% das pessoas registradas no Cadastro Único são pretas ou pardas, o que equivale a 65 milhões de pessoas¹⁹.

12. Mulheres negras são a maior parte das vítimas de violência obstétrica no Brasil. A análise da distribuição da mortalidade materna no Brasil segundo a cor da pele mostra que a situação é ainda mais dramática e injusta entre as mulheres pretas em comparação com as brancas e, até mesmo, com as pardas. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, no período de 2015 a 2022, demonstram que

¹¹ UNICEF, disponível em <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>

¹² Painel “Desigualdades na garantia do direito à pré-escola”, disponível em <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>

¹³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7216#resultado>

¹⁴ IBGE. Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. Agência de Notícias IBGE, 17 jul. 2024.

¹⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7441#resultado>



as mulheres brasileiras pretas tiveram um risco de morrer em torno de duas vezes maior que as brancas.

13. De acordo com os dados mais recentes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase, 2025), 72,9% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são negros. Essa realidade marginaliza a juventude negra e periférica, em flagrante contradição com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com as recomendações da Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT) e com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Todos esses dados ajudam a entender que o racismo ocupa as estruturas da sociedade e das instituições brasileiras, buscando naturalizar o que não é natural, mas construído socialmente. Esses números não são coincidência, são um padrão histórico e persistente de desigualdade racial. Para a escritora Cida Bento²⁰, a ideia de supremacia enraizada na branquitude perpetua uma relação de dominação de um grupo sobre outro, seja na política, na cultura ou na economia, assegurando privilégios para uns e, no caso de negros e indígenas, péssimas condições desiguais de vida, de trabalho, de segurança e até a morte.

Supremacia é uma superioridade completa e que não se pode contestar. No caso da supremacia ligada à branquitude, trata-se de uma forma de racismo centrada na ideia de que as pessoas de raça branca são superiores às pessoas de outras origens raciais e que, portanto, devem governar politicamente, economicamente e socialmente os demais.

Racismo sistêmico

O racismo não é apenas uma ação individual. Ele precisa ser visto como um conjunto de ações que se alimentam e se retroalimentam, portanto, compreendido como uma visão sistêmica, um conjunto de engrenagens sociais que mantêm e reproduz desigualdades raciais. Assim, quando pensamos no racismo, é necessário considerar sistemas racializados, ou seja, todo um conjunto de instituições, grupos e serviços que normalizam e colaboram para a manutenção dessa dinâmica social.

A mídia, a economia, o sistema educacional e de justiça e as instituições legais são responsáveis por oferecer a ideologia necessária para a naturalização dessas práticas. São o que dá o tom à manifestação do racismo, podendo se apresentar de maneira velada ou explícita: pela falta de representação de pessoas negras nas universidades; em cargos de lideranças ou gestão em empresas; no mercado formal de trabalho com salários mais elevados; em cargos políticos e outros cargos importantes.

Segundo IBGE, o atraso escolar é maior entre pretos e pardos. A proporção de jovens pretos ou pardos que não frequentavam e não haviam concluído a etapa ideal foi de 70% em 2024²¹, contribuindo para a ausência de pessoas negras nos espaços citados anteriormente, organizando a manutenção da pobreza, da extrema pobreza e da miséria a que essas populações estão submetidas intergeracionalmente.

Racismo institucional

Após aprofundar o entendimento sobre racismo estrutural e sis-

¹⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7431#resultado>

¹⁷ Panorama da Violência Letal e Sexual contra crianças e adolescentes no Brasil <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>

¹⁸ Idem

¹⁹ Observatório do Cadastro Único, disponível em <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>

têmico, você pode estar se perguntando como ele se manifesta na prática: aqui é que se encontra o racismo institucional. Ele ocorre dentro das organizações e instituições por meio de desigualdades reproduzidas de forma consciente ou inconsciente, que influenciam a maneira como pessoas negras são tratadas, acolhidas ou atendidas. Em outras palavras, o racismo institucional se expressa nos comportamentos, práticas e normas que, baseadas em discriminação racial, orientam as ações cotidianas de profissionais e estruturas institucionais. Manifesta-se, por exemplo, quando uma criança negra não é acolhida na escola por causa da cor ou do local de origem; quando uma mulher negra é atendida com descaso em um serviço de saúde; ou quando um menino negro é seguido por seguranças em um espaço comercial apenas por ser negro.

Vieses inconscientes do racismo

Você já parou para pensar que, em muitas situações, as atitudes e os pensamentos que temos são guiados por padrões mentais automáticos e não por julgamentos baseados na racionalidade? A forma como nos relacionamos com as outras pessoas em diferentes âmbitos e espaços pode estar intimamente ligada aos chamados vieses inconscientes: práticas discriminatórias baseadas em gênero, raça, orientação sexual, classe social, deficiência, origem étnico-cultural ou pertencimento a povos originários, comunidades tradicionais e de matriz africana; atitudes preconceituosas; e a exclusão de grupos socialmente vulnerabilizados.

Os vieses inconscientes são conjuntos de associações elaboradas desde a primeira infância, por meio das vivências e aprendizados baseados na cultura e no ambiente. Eles influenciam a forma pela qual o indivíduo percebe, interpreta e age em relação às outras pes-

soas, a partir dos estereótipos e de forma enviesada, sem perceber. Eles se apresentam como pensamentos tendenciosos no cotidiano sobre um determinado grupo de pessoas, que acabam por nos levar a decisões ou comportamentos estigmatizantes e prejudiciais.

Por mais que tentemos negá-los ou assumir a ideia do “sem querer”, todos nós apresentamos vieses inconscientes e, para enfrentá-los, é preciso reconhecer sua existência e tentar mudar essas tendências comportamentais.

Na prática, eles ocorrem da seguinte forma: nosso cérebro reconhece padrões que, teoricamente, nos ajudam a entender as situações cotidianas e o mundo à nossa volta, facilitando a leitura das situações diárias. Essa leitura cognitiva se organiza em torno de dois subsistemas diferentes que atuam de forma complementar, conforme a imagem abaixo:



Fonte: Inspirado em um quadro retirado do site <https://rbtcss.medium.com/https-medium-com-rbtcss-vies-inconsciente-nas-interfaces-conversacionais-608c247b05af>

²⁰ “O Pacto da Branquitude”, de Cida Bento. Companhia das Letras, 2022.

²¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>

²² Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Inesper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf

O sistema 1 está ligado ao inconsciente e atua de maneira automática, rápida e intuitiva. Entretanto, o funcionamento desse sistema pode ser controlado pelo sistema 2, mais analítico, que racionaliza, pondera e considera uma possível ação impulsiva dos vieses inconscientes presentes no nosso cérebro. Esses vieses afetam, sobretudo, a possibilidade da diversidade em todos os espaços, uma vez que atuam a partir da homogeneidade, na perspectiva de padronizar. Com isso, quanto maior for o controle exercido pelo sistema 2, melhor será a qualidade de tomada de decisões do indivíduo²³, de forma justa, inclusiva e livre de preconceitos.

Os vieses inconscientes assumem diferentes formas, e alguns deles têm grande potencial para influenciar negativamente as escolhas que fazemos, especialmente no modo como lidamos com outras pessoas. São eles:

1) Viés de afinidade: a tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco.

Exemplo: pessoas brancas que contratam apenas outras pessoas brancas para vagas e cargos no mercado de trabalho.

2) Viés de percepção: quando as pessoas acreditam e reforçam estereótipos que não estão ligados aos fatos.

Exemplo: pessoas que, sem nenhuma base científica, acreditam que crianças negras têm menos capacidade de aprendizado que crianças brancas.

3) Viés confirmatório: disposição para procurar apenas informações que confirmem nossas hipóteses iniciais e ignorem outras que coloquem em xeque nossas crenças.

Exemplo: quando desconsideramos notícias positivas sobre as religiões de matriz africana como forma de reforçar a superioridade de dogmas cristãos da herança europeia.

4) Viés de auréola: propensão de, a partir de uma só informação positiva ou agradável, ser muito mais disposto a avaliar positivamente o restante das informações, de forma generalizada, mesmo que não o sejam.

Exemplo: pessoas que julgam ser desnecessárias as políticas afirmativas como as cotas universitárias para negros, usando como argumento a ascensão de alguns poucos a esses espaços sem o uso de tal direito.

5) Efeito de grupo: tendência de seguir o comportamento do grupo para não se desviar do padrão vigente.

Exemplo: a prática de alisamento de cabelos crespos, o uso de perucas lisas e a raspagem de cabelos masculinos, valorizando padrões estéticos eurocentrados.



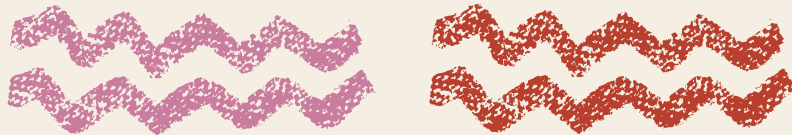
²³ Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Insper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf

Territórios de resistência e ancestralidade

Para refletirmos sobre o que conhecemos como Brasil, precisamos obrigatoriamente considerar os acontecimentos históricos relacionados a esse território — originalmente chamado de Pindorama pelos povos tupi-guarani, uma palavra que significa terra das palmeiras. A visão eurocêntrica, que apaga a contribuição e o protagonismo dos povos negros e indígenas, foi fortemente denunciada pela intelectual sergipana Beatriz do Nascimento, que popularizou a afirmação de que a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas²⁴.

Aqui, buscamos responder à convocação de Beatriz do Nascimento de que precisamos narrar e visibilizar fatos, experiências, modos de vida e heranças africanas e originárias na constituição da sociedade brasileira, olhando principalmente para os saberes e a realidade de duas grandes referências de resistências afropindorâmicas, sendo estas: as comunidades quilombolas e as comunidades de terreiro.

Diversos pensadoras e pensadores já apontaram a importância dos territórios negros como exemplos concretos de espaços comunitários e experiências organizativas que respondem a marcadores sociais, políticos, simbólicos e culturais alicerçados em uma memória afrodescendente.



Para saber mais

A exemplo de Luíza Mahin, Tereza de Benguela, Esperança Garcia, André Rebouças, Maria Firmina, Mumbuca, Artur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva. Aqui convidamos o/a leitor/a a uma investigação maior desses nomes, e também das histórias de referência que estão no seu próprio território.


Não existe um conceito único em torno desses territórios, pois estamos discutindo as múltiplas formas pelas quais povos afrodescendentes buscaram e buscam, conscientemente, organizar sociedades livres e orientadas por valores ancestrais, resgatando memória, pertencimento e modos próprios de viver e resistir.

Para além da narrativa hegemônica que reduz o quilombo a um espaço de fuga, é essencial reforçá-lo como local de resistência e luta contra a escravização. A historiadora Beatriz do Nascimento afirma que “o quilombo é um espaço de existência. É onde o negro se reencontra, se reestrutura, se refaz como gente.”

O educador e babalorixá Sidnei Nogueira mostra que a ética preta vivida nos terreiros revela formas de (re)construir a identidade por meio do empoderamento coletivo, fortalecendo a comunidade através do sentimento de pertencimento e da conexão com a ancestralidade.

Ao olharmos para quilombos e terreiros como espaços de liberdade e afirmação, aprendemos modos de viver baseados não na domina-

²⁴ Beatriz Nascimento em “Uma história feita por mãos negras” (2021)



ção e na violência, mas na responsabilidade, na partilha e na convivência harmoniosa. Dessa forma, nos unimos à luta de tantas pessoas que, ao longo dos anos, resistiram ao apagamento provocado pelo racismo e mantiveram viva a cultura e a história afro-brasileira, africana e indígena no país.

Por essa razão, este material é elaborado para o reconhecimento das comunidades quilombolas para além das vulnerabilidades (que existem e precisam ser visibilizadas e enfrentadas), mas, sobretudo, como espaços de potência, sabedoria e criação coletiva. São referências necessárias para a construção de uma sociedade efetivamente mais justa, plural e igualitária, comprometida com as múltiplas formas de existir e resistir no mundo.

O intelectual e ativista Abdias do Nascimento também defendia que o quilombo não deve ser associado apenas aos locais de fuga das pessoas negras escravizadas, mas a toda forma de resistência negra no Brasil. Ele formulou o conceito de quilombismo, afirmando que este é uma realidade em meio a uma sociedade colonialista, capitalista e patriarcal. Não é só um instrumento de luta antirracista, mas uma proposta afro-brasileira de organização político-social do país, construída com base em nossa própria experiência histórica, cuja riqueza elimina a necessidade de procurarmos orientações ideológicas alheias.

Sobre as primeiras infâncias quilombolas

*Oi, de cabeça, de cabeça,
antes que a matéria vire pó.
Vou passar pra outra cabeça
o que aprendi com a minha avó!*

Maracatu Nação Cabecinha de Negro
Quilombo do Catucá - PE

Afinal, o que é quilombo?

Há centenas de anos, de cabeça para cabeça, de avôs e avós para descendentes, de sementes que originaram outras sementes. Foi através da oralidade e do exemplo que os valores, saberes e práticas africanos se mantiveram vivos nos quilombos. A palavra quilombo se origina do termo kilombo, uma expressão do idioma kimbundu, dos povos Bantu²⁵, e significa acampamento ou povoação. Em resistência ao sistema escravocrata durante a dominação portuguesa (que durou de 1500 a 1822), pessoas africanas e afrodescendentes lideraram e promoveram processos coletivos de organização em territórios autônomos, que ficaram conhecidos como quilombos.

O Quilombo Quingoma, na Bahia, é considerado o mais antigo do Brasil, com registros de 1569. Já o Quilombo dos Palmares é muito conhecido e se tornou uma poderosa referência na diáspora²⁶, pois foi o maior quilombo da América Latina e Caribe, e tem seus primeiros registros datados entre 1590 e 1597. Localizado na Serra da Barriga, em Alagoas (na época, capitania de Pernambuco), Palmares era composto de diversos mocambos (assentamentos comunitários), que atuavam de forma articulada em uma organização sócio-política e econômica orientada por princípios africanos.

²⁵ Estima-se que vieram para o Brasil quatro milhões de pessoas da África subsaariana para o trabalho escravo, e que 75% eram de origem etnolinguística Bantu, de territórios situados atualmente em Angola e no Congo. A palavra bantu é a combinação de 'ntu' (ser humano) acrescido do prefixo 'ba', que significa plural. Nesse caso, Bantu quer dizer 'seres humanos', ou 'gente'.

²⁶ A expressão "diáspora" é utilizada para falar de dispersão e deslocamento de povos. Aqui estamos tratando da diáspora africana, quando cerca de 12,5 milhões de pessoas do continente africano foram sequestradas e enviadas à força para as Américas, entre 1517 e 1867.

Segundo Abdias do Nascimento²⁷, Palmares chegou a se tornar uma comunidade de cerca de 30 mil pessoas, em uma área territorial de mais ou menos um terço da de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos e palmarinas, e os produtos resultantes da agricultura diversificada também eram de propriedade coletiva. Além das tecnologias de convivência harmoniosa com a natureza, dominavam sofisticadas estratégias de autodefesa e enfrentaram 27 ataques promovidos por portugueses e holandeses que invadiram o território. Por se tratar de uma comunidade autônoma e organizada coletivamente, conhecida pela liberdade e pelo autogoverno, Palmares ficou conhecido como República de Palmares. Já as pessoas que lá viviam chamavam-lhe Angola Janga, que significa Pequena Angola em kimbundu.

A resistência palmarina tornou-se uma referência de liberdade para o mundo inteiro, pois, durante um século, conseguiu se proteger dos ataques coloniais, e efetivou a existência de um autogoverno negro que atravessou gerações, integrando povos negros, indígenas e brancos pobres.

Em 6 de fevereiro de 1694, uma expedição contratada pelos colonizadores destruiu o quilombo. O grande Zumbi dos Palmares, junto com outros quilombolas, conseguiu fugir mesmo ferido. Ele foi assassinado no ano seguinte, em 20 de novembro de 1695, ao ser traído em uma emboscada. A cabeça foi exposta em praça pública para aterrorizar a população que ansiava por liberdade e pôr fim aos rumores de que Zumbi seria imortal.

Zumbi, no entanto, permanece e permanecerá vivo na memória de todo o país, pois o dia da morte dele é, hoje, o Dia da Consciência Negra — feriado nacional e principal data da luta antirracista no

Brasil. Outras grandes lideranças do quilombo também entraram para a história, como Ganga Zumba, Aqualtune e Dandara. Palmares permanece como um símbolo de liberdade, luta e consciência, em especial após os anos 1970, com o resgate dessa história protagonizado pelos movimentos sociais em enfrentamento ao racismo e ao apagamento. Um poema do baiano José Carlos Limeira tornou-se lema para o movimento negro: “**Por menos que conte a história / não te esqueço meu povo / se Palmares não vive mais / faremos Palmares de novo**”.

Aqui abordamos o exemplo de Palmares pela sua relevância histórica, mas é importante lembrar que há uma multiplicidade de aspectos em torno do conceito de quilombo, bem como uma heterogeneidade dos territórios quilombolas. Beatriz Nascimento fala sobre territórios existenciais ao apontar que não devemos conceber o quilombo apenas como um local físico, mas como um espaço simbólico, no qual se articulam experiências de resistência político-cultural inscritas nos corpos, na memória e nas práticas coletivas que remetem à herança africana. Ela destaca: “É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e cada um, o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda de identidade”²⁸.

Os quilombos recuperam a identidade ao construir sentidos de liberdade em conexão com saberes ancestrais, integrando cosmologias africanas e modos de produção e compartilhamento do conhecimento, em coexistência não-violenta nos territórios.

A historiadora também lembra que não podemos dissociar identidade e território. Por isso, reforçamos que reconhecer a riqueza da

²⁷ No livro “O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista”, 2019.

²⁸ Trecho retirado do documentário “Ori” (1989), com narração e roteiro de Beatriz Nascimento e direção de Raquel Gerber.

produção de subjetividades e da recuperação da imagem a partir de símbolos e princípios que não respondem a uma lógica eurocêntrica não significa negar a violenta realidade das disputas históricas nos territórios e da contínua destituição de humanidade a que as pessoas negras seguem sendo submetidas no Brasil.

Como o exemplo de Palmares nos mostra, a questão da terra foi central durante a dominação colonial e por todo o ciclo de violências que estruturou a exclusão de pessoas negras e indígenas desde a invasão. Foram quase 400 anos de escravização legalizada: um sistema que organizou não apenas a base econômica do país, mas também suas dinâmicas sociais, políticas e relacionais. Mesmo após a abolição, a população negra continuou excluída de acessos que seriam necessários para viver com um mínimo de dignidade, como a titularidade de terras.

Para compreender os desafios enfrentados atualmente pelos povos quilombolas para a garantia de seus direitos, é essencial encarar a **questão fundiária**.

Apesar dos quilombos serem uma realidade no Brasil desde o século 16, foi somente a partir da Constituição de 1988²⁹ que o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas passou a ser reconhecido. Ou seja, foi só depois de 100 anos da abolição da escravização que o Estado oficializou ser responsável pela emissão dos títulos de propriedade dessas terras.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), foi apenas em 2003³⁰ que o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação,

demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos passou a ser regulamentado. A certificação é feita pela Fundação Cultural Palmares, seguida por estudos do Incra³¹, em conformidade com a Convenção da OIT³² sobre Povos Indígenas e Tribais, assegurando às comunidades o acesso a políticas públicas específicas.

É válido lembrar que reconhecer o direito à autodeclaração é essencial, pois ela marca o primeiro passo para o reconhecimento oficial das comunidades quilombolas. É a partir desse ato de afirmação identitária que se inicia o processo de titulação e garantia dos direitos territoriais e culturais.

O processo ainda é extremamente lento: segundo análise da Terra de Direitos (2024), seriam necessários 2.708 anos para titular todos os 1.857 quilombos com processos abertos. Enquanto isso, comunidades quilombolas enfrentam vulnerabilidade, conflitos fundiários, assassinatos em territórios não titulados e ameaças à vida. A luta pelos direitos territoriais permanece a principal pauta da população quilombola, com impacto direto na proteção de crianças, jovens e famílias quilombolas.

Em resposta a essas demandas, no Dia da Consciência Negra de 2023, foi lançada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) a partir do princípio de autonomia da comunidade. Coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial, a PNGTAQ é resultado de reivindicações da Conaq e de mais de dez anos de uma construção coletiva de lideranças quilombolas, governo e parceiros.

A política consolida a autodefinição quilombola no planejam-

²⁹ Através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

³⁰ Pelo Decreto nº 4.887.

³¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

³² Organização Internacional do Trabalho.

to das políticas públicas ao posicionar as comunidades à frente da construção e do desenvolvimento dos planos locais de gestão territorial e ambiental, fortalecendo a autonomia comunitária e promovendo a implementação integrada de ações em diversos territórios.

Cada quilombo é um mundo singular, com tradições culturais, manejo responsável da terra, expressões artísticas, rezas e tecnologias ancestrais que promovem o bem-viver. Esses territórios de resistência são urgentes para garantir direitos, promover justiça e visibilizar modos de vida negros e quilombolas que atravessam gerações.

Em consonância com o princípio de autonomia das comunidades, as escutas que orientaram o conteúdo deste material foram realizadas diretamente nos territórios de dois quilombos:

Quilombo do Catucá - PE

Localizado em Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife, o Quilombo do Catucá é um território de resistência, acolhimento e criação coletiva. Fundado em 2003 pela ialorixá Mãe Flávia do Catucá e sua família remanescente quilombola, o espaço se transformou em uma comunidade viva, pulsante e profundamente conectada às raízes ancestrais. O nome é uma homenagem ao histórico Quilombo de Malunguinho, símbolo de luta e liberdade formado no início do século 19 na região da Zona da Mata pernambucana.

Hoje, o Quilombo do Catucá é referência em mobilizações culturais e educativas. Suas terras vibram com a sambada de coco e outras expressões que fortalecem a identidade coletiva e celebram a ancestralidade. Oficinas, rodas de diálogo e apresentações de crianças quilombolas dão corpo a um processo pedagógico que une arte,

cultura e educação. As educadoras Letícia Santos, Márcia Ilê e Moa Anjos conduzem práticas lúdicas e afrodiáspóricas que promovem o desenvolvimento integral da infância e a socialização comunitária.

Quilombo Caipora de Pitanga dos Palmares - BA

Localizado em Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador, o Quilombo Caipora de Pitanga dos Palmares abriga cerca de 300 famílias, que preservam saberes ancestrais por meio da agricultura familiar, do artesanato em barro e dos bordados. A comunidade, que remonta ao século 19, carrega uma rica herança cultural e espiritual, mas também uma longa história de conflitos fundiários e resistência frente às ameaças ao território.

A trajetória da liderança de Mãe Bernadete Pacífico marcou profundamente a história do quilombo. A morte dela, em 2023, vítima de 22 tiros dentro de casa e diante da família, teve repercussão internacional, revelando a vulnerabilidade das lideranças quilombolas e a violência enfrentada por quem defende a vida e o território. Seu filho, Binho do Quilombo, assassinado seis anos antes, também simboliza a coragem e a luta por justiça social.

Hoje, sob a liderança de Jurandir Wellington Pacífico, o Quilombo de Pitanga dos Palmares mantém viva a memória dos antepassados e reforça o compromisso com os direitos quilombolas. Mesmo diante de desafios fundiários e pressões externas, a comunidade transforma dor em ação e memória em resistência, afirmando, todos os dias, o poder da coletividade e da ancestralidade.

As mulheres de Palmares — Zumbi é o nome mais conhecido da resistência quilombola, mas as mulheres tiveram um importante protagonismo político nessa história. Elas foram lideranças à frente de batalhas, estrategistas militares e conselheiras comunitárias, exercendo posições de poder e sendo reconhecidas e respeitadas por isso.

Acotirene foi uma das primeiras mulheres a ocupar Palmares, em um mocambo que levava o nome dela como símbolo da resistência e da organização coletiva. Considerada a matriarca do Quilombo dos Palmares, a coragem e a habilidade de estrategista que ela demonstrou foram fundamentais na defesa quilombola contra os ataques coloniais.

Nascida no reino do Congo, a princesa **Aqualtune** enfrentou a violência da escravização, sobreviveu à travessia forçada, e, ao chegar ao Brasil, encontrou em Palmares o espaço para reconstruir sua liberdade e a de seu povo, onde rapidamente se tornou uma respeitada liderança. Foi mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi dos Palmares.

Dandara nasceu no Brasil e se juntou ao Quilombo dos Palmares na infância. Capoeirista, ela liderou lutas contra os portugueses e ajudava na manutenção do quilombo trabalhando nas colheitas e na caça. Foi casada com Zumbi dos Palmares, com quem teve três filhos.



É impossível falar de resistência quilombola sem citar a **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)**, que é o principal movimento social quilombola do país.

A origem da coordenação remonta a 1995, durante o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado no marco da histórica Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília. Dali nasceu a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, com o propósito de mobilizar as comunidades em todo o país, especialmente no Maranhão, Pará e Bahia, onde a organização quilombola já era forte. Em 1996, a Comissão Provisória se transformou na Conaq, consolidando uma rede nacional de quilombos que se reconhecem, se fortalecem e se organizam. Desde então, a Conaq vem tecendo uma articulação que, hoje, alcança 24 estados e mais de 3.500 comunidades em todo o país, sendo reconhecida como um dos mais ativos agentes do movimento negro no Brasil contemporâneo.



“Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos.”

(Nego Bispo)

Essa frase pode ser encontrada no livro *A terra dá, a terra quer*, do grande pensador quilombola piauiense Antônio Bispo dos Santos — conhecido como Nego Bispo. Ela nos lembra que cada quilombo é um mundo singular e inclusivo.

Tradições culturais se entrelaçam ao manejo responsável da terra; expressões artísticas articulam conhecimentos e estratégias de resistência; rezas e saberes ancestrais promovem o bem-viver; e redes de solidariedade intergeracionais tecem um cotidiano pulsante.

Há séculos, os quilombos brasileiros sustentam narrativas e sistemas de convivência coletiva com os biomas, mostrando que outro mundo não apenas é possível, mas já existe. Esses mundos estão acontecendo aqui e agora, em múltiplas experiências organizativas, que precisam ter seus direitos garantidos.



E as crianças?

Para iniciar a abordagem sobre o tema da primeira infância quilombola, é importante considerar que foi somente em 2023 que o Brasil divulgou, pela primeira vez, dados do censo incluindo a categoria quilombola. Após séculos de invisibilidade e lacunas de informações oficiais, de forma inédita, passou a ser possível ter dados e informações assertivas sobre a população quilombola no país. Essas informações são essenciais para elaborar e implementar políticas públicas reparatórias e de equidade.

De acordo com os dados do IBGE (2022), o Brasil tem uma

população quilombola de 1.330.186 pessoas³³

No que tange ao objeto deste trabalho, é fundamental informar que, desse total, 434.901 têm de 0 a 19 anos, ou seja, as crianças e adolescentes representam 32,7% do total da população quilombola. Destas, 139.307 integram o grupo da primeira infância (de 0 a 6 anos). O Censo 2022 mostra que 62% da população quilombola vive no meio rural, enquanto 38% habita espaços urbanos.

O Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2023)³⁴ mostra que o total de matrículas de estudantes quilombolas na Educação Básica é de 285.895, sendo que 77% estão no ensino fundamental,

9% das matrículas estão no ensino médio e 14%, na educação infantil (Creche e Pré-Escola). Chama atenção a diferença brusca entre o número de estudantes quilombolas no ensino fundamental e no ensino médio, evidenciando que o direito à educação ainda não é plenamente garantido. Mesmo na primeira infância, há uma possível subnotificação nas matrículas, o que indica que muitas crianças quilombolas seguem fora das creches e pré-escolas.

Os dados do Inep evidenciam desigualdades estruturais: apenas 20% das escolas quilombolas têm biblioteca ou sala de leitura, contra 80,5% das escolas privadas. Nas escolas municipais, esse número é mais que o dobro: 41,2%. As diferenças também aparecem no acesso à internet, às quadras esportivas e aos espaços de lazer — reflexo de violências sistêmicas que atravessam a educação quilombola.

É importante perceber que trabalhar com uma criança quilombola exige compreender que sua identidade é essencialmente nutrida na coletividade do território, na identidade da comunidade a que ela pertence. A relação criança-escola deve, portanto, ser construída a partir da noção de pessoa inseparável da comunidade e da própria história, reconhecendo que a escola deve ser extensão desse território, e não uma negação.

Além das dificuldades estruturais no fornecimento de educação de qualidade para as crianças, existem componentes externos que agravam a situação de violência, como a presença

³³ Brasil Quilombola (IBGE, 2022). Disponível no link: https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/Brasil_Quilombola.pdf

³⁴ Censo Escolar 2023. Disponível no link: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf

de empresas de exploração. Em relatório³⁵ lançado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), é possível visualizar outros elementos que escancaram as vulnerabilidades. Em um contexto de expansão da ocupação dos territórios rurais e quilombolas, o CNDH traz em seu relatório a seguinte informação: “Caminhões das empresas mineradoras circulam perto das casas e da escola, produzindo muito barulho e muita poeira, fazendo com que as crianças tenham problemas de audição e de concentração”.

Mas, e agora?

Diante desse conjunto de vulnerabilidades que as crianças e seus territórios quilombolas vivenciam, é necessário, de forma urgente, garantir que profissionais da educação e gestores públicos estejam comprometidos com a criação de um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e antirracista. Isso significa ir além da matrícula e garantir a permanência com dignidade, o que exige a implementação de uma educação antirracista e culturalmente adequada às comunidades quilombolas.

O ambiente escolar não pode reproduzir racismo estrutural e comportamentos discriminatórios, nem funcionar como um local de apagamento cultural. Precisa ser um espaço de valorização das histórias, da cultura, das tradições e dos saberes quilombolas, fortalecendo a identidade das crianças e combatendo especialmente o racismo.

É fundamental reafirmar que essa responsabilidade não cabe apenas ao Estado: é dever de toda a sociedade cobrar e apoiar a efetivação de direitos. Por séculos, a população quilombola permaneceu invisibilizada, um cenário que só começou a ser rompido com os dados do Censo de 2022. Agora, conhecer as disparidades gritantes no acesso a bibliotecas, internet e infraestrutura escolar, como revelado pelo INEP, impõe uma obrigação coletiva da qual não se pode fugir.

Promover — finalmente — os direitos das crianças quilombolas na escola é, antes de tudo, uma medida de justiça reparadora. A juventude quilombola, significativamente mais numerosa que a média nacional, demonstra que o Brasil do amanhã será transformado pelo cuidado, pelo bem-estar e pela educação que oferecemos a essas crianças hoje.

Negar-lhes um ambiente seguro, de qualidade e etnicamente respeitoso é perpetuar as violências do Brasil abolicionista de 1888. Trata-se de tornar real o sonho de um território protegido e pleno, a começar dentro da escola, transformando-a em um território fértil onde as infâncias possam, de fato, florescer.

³⁵ Relatório “Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais” (CNDH, 2018). Disponível no link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-social/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RELATRIOSOBREOSDIREITOSDOSPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISv2.pdf>

Você sabia que, desde de 2024, a Portaria GM/MS 3.493/2024 estabelece novos critérios para o financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), incorporando mecanismos que buscam fortalecer a atuação das equipes de Saúde da Família em territórios mais vulneráveis? O Ministério da Saúde instituiu o Grupo de Trabalho de Saúde Quilombola Graça-Eprifânio (GTESQ), com a missão de coordenar, monitorar e avaliar ações, programas e políticas voltadas à saúde da população quilombola. O GTESQ assegura a participação social em todas as etapas do ciclo da política pública, fortalecendo a implementação de políticas de saúde específicas para esses territórios.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é a principal fonte de financiamento da educação brasileira. Desde 2024, a Resolução 5/2024 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (Cifebq) estabelece que, para fins de distribuição dos recursos do Fundeb, as matrículas identificadas como Educação Indígena e Quilombola devem ter um acréscimo de 40% nos fatores de ponderação. Isso significa que cada matrícula de um estudante quilombola gera um valor maior de recurso para o município na comparação com a matrícula de um estudante da área urbana não vulnerável. O município precisa ter essas matrículas oficialmente declaradas no Censo Escolar do Inep, identificando-as corretamente como pertencentes à educação quilombola.

Conheça a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)

Instituída pela Portaria nº 470/2024, regulamenta a Lei nº 10.639/2003, com o objetivo de formar profissionais da educação para gestão e docência no âmbito da educação para as relações étnico-raciais (ERER) e da educação escolar quilombola (EEQ); induzir a construção de capacidades institucionais para a condução das políticas de ERER e EEQ nos entes federados; reconhecer avanços institucionais de práticas educacionais antirracistas; contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira; consolidar a modalidade de educação escolar quilombola, com implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, conforme a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE); e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de educação superior (públicas e privadas). As ações estão consolidadas em 07 eixos: Governança, Diagnóstico de Equidade, Formação de Profissionais da Educação, Material Didático, instrucional e literário, Protocolos de prevenção e resposta ao racismo, Afirmação das Trajetórias Negras e Quilombolas e Difusão de saberes.

A PNEERQ tem atuado de forma estruturante na promoção da equidade racial e no fomento à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

Na educação escolar quilombola, em 2025, foi lançado o Pro-

grama Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade), uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O PDDE/Equidade apresenta 10 subprogramas, entre eles: Programa Sala de Recursos Multifuncionais - PDDE SEM; Programa Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas em áreas rurais - PDDE Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas; Programa Diversidades - PDDE Diversidades, com recursos para Educação Escolar Quilombola; Educação para as Relações Étnico-Raciais

SAIBA MAIS EM: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>





O Brasil é quilombola

Eu lembro muito no terreiro da minha avó, com a imensa família de tios. Quando se fala de memória feliz, era quando os meus tios traziam caça, as mulheres iam tratar essa caça, e as crianças estavam ali. No terreiro da minha avó, eram muitas as histórias, tão fantásticas, e isso era muito feliz pra mim. Então, quando dizia: “Estão chegando com a caça!”, era momento de felicidade! Porque a gente sabia que tinha fogueira, tinha terreiro, tinha história. E tinha toda a cantoria das mulheres da família, pois todas se reuniam. Era isso.

(Depoimento de participante das oficinas)

O pensamento de Lélia Gonzalez é uma chave fundamental para compreendermos a realidade negra e quilombola no Brasil, pois ela nos convida a refletir sobre as estruturas históricas de poder que moldaram nossa sociedade. Ao discutir sobre racismo e sexismo na sociedade brasileira, a intelectual faz uma analogia com as bases patriarcais colonialistas do modelo de Estado nacional.³⁶

Lélia explica que, simbolicamente, “Estado é o pai — e o pai é o nome de uma ausência”. No entanto, a função materna é exercida pela mãe preta, que transmite os valores centrais da cultura brasileira: “Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então.”

Lélia nos recorda que as mulheres negras brasileiras foram responsáveis pelo trabalho de cuidados e pela construção dos valores. É, portanto, importante visibilizar o protagonismo das mães negras — quilombolas, agricultoras, pescadoras, quebradeiras de coco, ribeirinhas, da roça, faveladas, sem-terra e tantas outras —, que sustentaram e seguem sustentando a vida no país. Tornar visível esse protagonismo é reconhecer que o cuidado, a educação e a cultura brasileira têm gênero e cor.

Durante as oficinas de cocriação, muitos relatos trouxeram as problemáticas enfrentadas pelas mães quilombolas desde a gestação:

- A **ausência de unidades de saúde** nos quilombos obriga as mulheres ao difícil, longo e custoso deslocamento constante para as áreas urbanas. Além do tempo investido nos trajetos, elas enfrentam a falta de meios de transporte públicos, que as condiciona aos custos financeiros próprios e esbarram na superlotação dos serviços públicos de saúde. Esses problemas públicos fazem com que, muitas vezes, as gestantes quilombolas sejam obrigadas a desistir de acessar serviços essenciais, como acompanhamento de consultas de pré-natal e exames de imagem e de laboratório.
- As oficinas evidenciaram como a violência institucional e o **racismo obstétrico**³⁷ seguem marcando a experiência das mães quilombolas, com relatos frequentes de negligência no atendimento à gestação e ao parto. Apesar da lacuna

³⁶ Lélia Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984).

³⁷ O termo racismo obstétrico foi criado recentemente pela pesquisadora estadunidense Dána-Ain Davis. Segundo ela, esse fenômeno acontece quando se cruzam a violência obstétrica e o racismo na área da saúde, afetando a saúde das mulheres negras e colocando tanto elas quanto seus bebês em maior risco.

de dados específicos sobre a realidade das mulheres quilombolas, sabemos que cerca de 60% das brasileiras que morrem por causas relacionadas à gravidez e ao parto são negras, de acordo com a Pesquisa Nascer no Brasil 1 e 2 — e 90% desses óbitos poderiam ser evitadas se essas mulheres tivessem acesso a um atendimento de saúde adequado e de qualidade. Para mais informações sobre o tópico, você pode conferir o Caderno 1 do PIA - Primeiras infâncias negras e a saúde.

- A **desinformação e a discriminação** em relação às mães quilombolas persistem. O deslocamento até as áreas urbanas, onde geralmente se concentram os serviços públicos, não é apenas físico, mas também cultural. As mulheres quilombolas se deparam com equipes de saúde despreparadas para compreendê-las e acolhê-las em suas especificidades e costumes. A assistência oferecida raramente considera as especificidades etnoculturais quilombolas, e a experiência social fora do quilombo expõe as mulheres a estigmas e à marginalização. Como foi relatado por uma mãe de uma das comunidades sobre a amamentação em público: “algo que é natural, que Deus criou, mas, quando a mãe lactante sai para a cidade em busca de serviços e vai alimentar sua criança na rua, fica constrangida. Uma mãe tendo que se cobrir para alimentar uma criança, como se fosse uma coisa de outro mundo! Mas mudam os olhares, a maldade entra”.

- O **apagamento dos saberes tradicionais** orientados para o bem-estar das mulheres e crianças, como o partejar, tem gerado grandes perdas culturais. Detentoras de tecnologias ancestrais de acolhimento materno e neonatal, de conhecimentos sobre o uso apropriado das ervas, e guardiãs de rituais que fortalecem os laços familiares e comunitários, as parteiras são mulheres de grande poder e importância para a coletividade. No entanto, o modelo médico ocidental se consolidou e, para a ciência hegemônica, as práticas ancestrais foram rotuladas como algo desvalorizado e ultrapassado. Hoje, muitas comunidades tradicionais enfrentam sérias dificuldades para a renovação da geração das parteiras e dos saberes. No Quilombo Caipora de Pitanga dos Palmares, por exemplo, participantes disseram que já não contam com mais nenhuma parteira.

A superação urgente desses problemas foi uma das principais reivindicações das mulheres durante as oficinas. Elas também destacaram a gravidade da vulnerabilidade socioeconômica que atravessa gerações de famílias quilombolas, perpetuando ciclos coloniais de violência.

Para garantir a renda familiar, muitas mulheres atuam como **trabalhadoras domésticas** em casas fora da comunidade, expostas à relações de poder abusivas. As crianças também sofrem os impactos desse afastamento, uma vez que precisam ser desterritorializadas, já que as **creches públicas** estão concentradas nos centros urbanos, e terminam sendo impedidas

de crescer em plena conexão com os valores comunitários.

Na Bahia, uma participante compartilhou: “Quando a mãe sai em busca de alimentar os filhos, a criança fica sendo criada fora. E, aí, aprende as coisas de lá, não as nossas, aqui de dentro. Quando deixa a criança fora do nosso território, da convivência local, ela vai aprender outras coisas, outras brincadeiras, que são de lá. E o de cá vai se perdendo ao longo dos anos... Eu queria que elas pudessem ficar no nosso território, crescer junto com os seus, porque aqui ela cresce uma criança feliz”. Adolescentes e jovens também relataram as dores de serem filhas e filhos de trabalhadoras domésticas, “que, muitas vezes, criam os filhos da patroa e não criam os seus”.

Em Pernambuco, um jovem narrou: “Minha mãe foi empregada doméstica por muito tempo. Ela começou a trabalhar com sete anos de idade numa casa em que, quando ela completou ano, deram um banquinho de presente, para ela subir e lavar os pratos na pia”. Houve relatos de abusos dos patrões, inclusive sexuais, sem qualquer acesso a mecanismos de proteção.

Em ambas as oficinas, várias pessoas denunciaram que os povos quilombolas continuam sendo empurrados para trabalhos precarizados, o que impacta diretamente as condições de vida e de desenvolvimento das crianças. A escravização pode não ser mais oficialmente o sistema propulsor da economia do país, mas estruturou as bases das dinâmicas sociais, econômicas e relacionais do Brasil contemporâneo.

Em uma das atividades coletivas, sobre relações de trabalho, participantes apontaram que muitas pessoas quilombolas do Nordeste ainda precisam migrar para o Sul-Sudeste à procura de emprego “e, quando chegam lá, encontram um trabalho análogo à escravização. Então a continuidade do sistema escravocrata é muito presente no cotidiano”.

Esse processo de desterritorialização forçada — iniciado no sequestro das pessoas africanas do próprio continente — continua sendo uma realidade para as pessoas negras brasileiras. Os participantes citaram a Lei do Ventre Livre³⁸, lembrando como o Estado negligenciou a proteção das crianças negras ao longo da história.

As lideranças quilombolas presentes nas oficinas relataram inúmeras dificuldades no acesso a direitos e políticas públicas. Serviços básicos como saúde, educação infantil, assistência social, saneamento e infraestrutura ainda são precários ou inexistentes em muitas comunidades. E, com frequência, as ações sociais só chegam às comunidades durante os períodos eleitorais.

Os desafios se acumulam na luta diária, num cenário em que muitas comunidades ainda não contam com escolas e creches; transporte público ou estradas acessíveis; espaços de promoção de lazer e esportes para crianças, adolescentes e jovens; serviço regular de coleta de lixo; e oportunidades de comercialização dos produtos alimentícios e artesanatos produzidos

³⁸ A Lei do Ventre Livre é considerada a primeira lei abolicionista no Brasil. Foi promulgada em setembro de 1871 e dizia que as crianças filhas de mães escravizadas, a partir de então, seriam consideradas livres.

pelas próprias comunidades. Essas foram algumas das reivindicações dos grupos, que também denunciaram a privatização dos recursos naturais nos territórios.

É importante lembrar que essas lutas se dão num contexto em que as lideranças enfrentam riscos graves e constantes à vida por defenderem os próprios direitos. No quilombo de Mãe Bernadete Pacífico, que integrava o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), moradores contam que as crianças não brincam mais no terreiro da casa, como antes costumavam, desde que a líder foi assassinada — seis anos depois do filho, Binho do Quilombo, que também era uma liderança —. Esse luto do brincar é um triste reflexo dos impactos e efeitos profundos dessa violência, que gera medo, insegurança e sofrimento psíquico, atravessando todas as gerações da comunidade, inclusive as crianças.



Como construir cidadania em meio a tanto medo e conflitos?

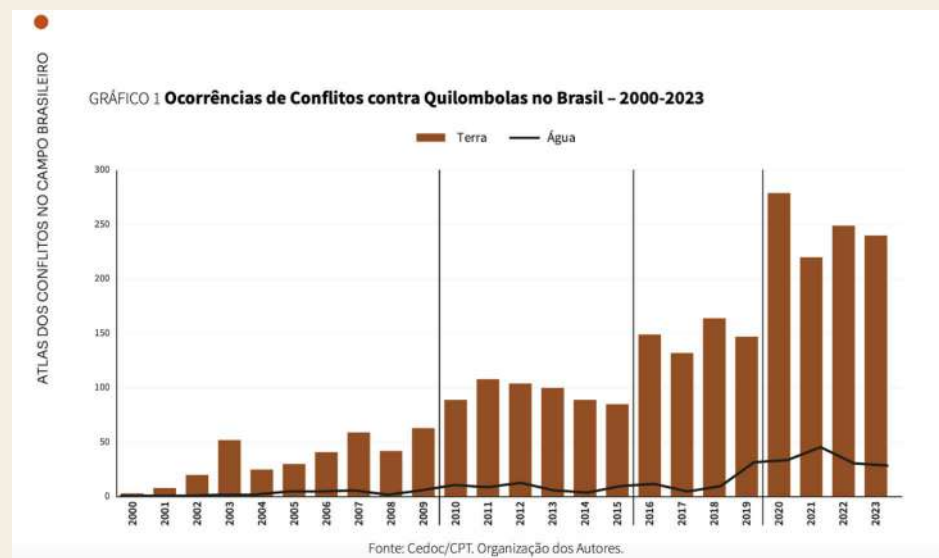


Gráfico das ocorrências de conflitos contra quilombolas ao longo dos anos, tanto por terra quanto por água³⁹.

De acordo com um estudo da Conaq, que analisa os assassinatos e ameaças contra quilombolas defensores de direitos humanos entre 2019 e 2024, depois do assassinato de Mãe Bernadete, 12 pessoas quilombolas foram assassinadas no Brasil em apenas um ano. Enquanto os episódios de morte violenta de quilombolas aumentam, os processos de titulação permanecem parados. A insegurança jurídica impede que as lideranças tenham acesso pleno às políticas públicas e as expõe à violência de posseiros, invasores e fazendeiros que disputam as terras quilombolas⁴⁰.

³⁹ Fonte: Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro, CPT (Comissão Pastoral da Terra), 2025. Disponível em: https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Atlas_CPT-2025-v4-digital-PGunica.pdf

⁴⁰ Fonte: “Assassinatos de quilombolas. Ameaças a quilombolas defensores de direitos humanos (2019-2024)”, da Conaq. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/document-s/03d00271_o.pdf



A Conaq denuncia que é comum as famílias quilombolas enfrentarem invasões violentas em seus territórios, terem sua liberdade de circulação e de uso da terra restringidas, além de sofrerem ameaças de morte e perseguições constantes. Os dados divulgados pela Conaq evidenciam a necropolítica⁴¹ nos territórios quilombolas e confirmam o que acusam os diversos relatos apontaram durante as oficinas: o Estado falha em garantir cidadania plena aos povos quilombolas.

Essa ausência impacta diretamente as primeiras infâncias quilombolas, crescendo cerceadas pelo medo e impedidas de acessarem oportunidades para o desenvolvimento integral. São crianças cujos direitos de brincar e de crescer em comunidade são interrompidos, perdendo vivências que promovem liberdade, pertencimento e conexão com o território.

Uma das lideranças do Quilombo Caipora de Pitanga dos Palmares explicou: *“Não tem mais aquela área das crianças brincarem — foram silenciados. Os pequenos brincavam com os maiores e, agora, estão calados. Essa convivência com o ambiente tem que vir na primeira infância, senão todos vão crescer e querer sair. Tem que ter políticas públicas para que, na primeira infância, se crie um vínculo de lutar pelo ideal da comunidade, senão poucos vão querer ficar”*.

Quando retomamos o olhar sobre os valores quilombolas, vemos que toda a experiência comunitária se organiza a partir de uma convivência intergeracional: a reverência a quem veio

antes (os mais velhos e as mais velhas) e o respeito e o cuidado com quem vem chegando (crianças, adolescentes e jovens). A filosofia ubuntu, dos povos Bantu, ensina: “Eu sou porque somos”. Por meio da circularidade das partilhas, diferentes gerações convivem e se fortalecem juntas, e a comunidade, de forma muito orgânica, articula o bem-estar das crianças, em confluência — para utilizar uma palavra evocada por Nego Bispo.

Segundo ele, a confluência é a energia que nos move ao compartilhamento, ao reconhecimento e ao respeito: “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende”.

A contribuição ativa das lideranças nas oficinas enfatizou a importância da autonomia das comunidades, mas também destacou que a soberania dos territórios deve confluir com a presença do Estado em sua responsabilidade na garantia de direitos. A demanda quilombola é pelo reconhecimento da manutenção e da produção da vida em seus territórios e pela proteção de suas existências e modos de vida. São relações circulares e respeitadas com a natureza, com as pessoas e com o tempo.

⁴¹ O filósofo camaronês Achille Mbembe utiliza esse conceito para discutir que existem vidas que importam e vidas que não importam para um Estado colonialista.

O que aprendemos com o brincar quilombola?

As lideranças afirmaram que **cuidar e educar são indissociáveis** e que as crianças podem e devem ser integradas nos espaços públicos, inclusive no planejamento e gestão dos processos educativos. Na brincadeira, exercem seu direito à participação, desenvolvem autonomia e habilidades socioemocionais, ao mesmo tempo que aprendem e se expressam.

As crianças estiveram presentes durante boa parte das oficinas de cocriação deste material, chegando mesmo a realizar uma apresentação cultural do Maracatu Nação Cabecinha de Negro, no Quilombo do Catucá, em Pernambuco. As pessoas adultas do quilombo lembraram que as heranças culturais quilombolas são formas educativas artísticas e pedagógicas. E, em todos os territórios, a brincadeira popular, as **expressões artístico-culturais e a festa em si são compreendidas como tecnologias ancestrais de resistência e cuidado comunitário**, fundamentais para manutenção da memória e conexão entre as gerações e produção do bem estar da comunidade.

Como disse uma liderança na Bahia: *“Somos festeiros! São tantas águas que rolam no nosso rosto — e às vezes nem chegam mesmo a cair, porque a gente sempre tem que ter um sonzinho para animar, qualquer batida de lata! É bom relaxar o espírito, em meio à tanta adversidade. É bom festejar porque o nosso espírito fica bem. Quando você canta, você pode soltar aquilo que estava preso dentro. A festa é muito saudável.”* A festa é, também, uma estratégia de

autodefesa, pois preserva a saúde emocional da comunidade e reconecta as crianças quilombolas com o ritmo orgânico da alegria e da inocência, elementos imprescindíveis para infâncias felizes.

As produções culturais quilombolas — em sua pluralidade, pois há diversidade em cada território e região brasileira — **são como elementos fundamentais para povoar o imaginário das crianças e fortalecer a identidade coletiva de toda a sociedade**. Os participantes das oficinas também comentaram sobre a importância de **hábitos digitais saudáveis e conscientes** para crianças, pois os conteúdos disponíveis online muitas vezes estão desconectados dos modos de vida quilombolas.

Nos dois quilombos, as lideranças desejam, sim, se relacionar com as tecnologias de informação contemporâneas, mas de uma forma que esteja alinhada aos próprios valores e saberes. A oralidade, a partilha de histórias, a performance, a dramatização e a música já são constituintes da experiência quilombola. Por isso, expressaram que querem ter acesso a investimentos para produções próprias nos campos do audiovisual, animações, jogos virtuais e conteúdos digitais que fortaleçam sua cultura e identidade.

A metodologia quilombola — ou seja, o jeito de fazer da comunidade — é sempre inclusiva, multi e transdisciplinar na construção de ciclos de **saberes integrados** e compartilhados. Uma participante declarou: “Às vezes, quem vem de fora vê



a gente apenas com um olhar — um olhar só na festa, só na identidade de povos tradicionais ou só no artesanato... Mas é isso tudo! São vários segmentos que formam esse ciclo natural”. As práticas não se dão de forma isolada, pelo contrário. Tudo está conectado.

Essa filosofia integrativa orienta a relação quilombola com a natureza e as culturas de agricultura, artesanato e pesca. Com pleno domínio de diversas práticas regenerativas do solo, manejo sustentável da terra e uso responsável de recursos naturais, além de técnicas de beneficiamento de frutos e folhas, as lideranças reafirmaram que essas tradições vêm de antigamente e estão sempre buscando uma forma equilibrada de viver em paz com a natureza, pois “não tem riqueza maior que viver bem, no nosso habitat natural”.

Nutrição e segurança alimentar quilombola

A **segurança alimentar** das crianças também é garantida quando os saberes e as práticas tradicionais são preservados. Diversos relatos trouxeram a importância da nutrição para o desenvolvimento pleno das crianças, defendendo que os hábitos alimentares devem estar enraizados na cultura local. Muitos depoimentos enfatizaram que os alimentos devem ser o mais naturais e próximos da origem possível: “A criança vai viver de biscoito industrializado? Até engana o cérebro, mas não é comida. Mas um biscoito feito em casa, um mingau da fécula do aipim que eu tirei da minha roça e dei para o meu

filho eu sei de onde veio, eu sei que o fui que eu fiz”.

O **racismo alimentar** faz com que os povos quilombolas enfrentem grandes dificuldades com suas tradições sendo desvalorizadas. A culinária quilombola ancestral costuma ser vista com preconceito. Além disso, as comunidades enfrentam diversos desafios para gerar renda a partir da comercialização dos próprios produtos e para acessar políticas públicas que reconheçam a importância dessa cultura alimentar. As pessoas de fora ignoram a riqueza nutricional dessas tradições ou possuem percepções equivocadas sobre elas.

Outra participante relatou que “o pai chega do rio com o peixe, já frita, e os meninos comem e crescem ‘de boa’. A comida que alimenta a nossa família alimenta o espírito também. Mas até o nosso alimentar, para os de fora, eles pensam que é fraco, que não é nutritivo”.

É preciso lembrar que, quando as terras quilombolas estão sob ameaça, todos os ciclos de produção, cuidado e socialização são impactados. Como podem usufruir do rio, da natureza, dos alimentos, das relações e do brincar no território quando temem pelas próprias vidas constantemente?

As comunidades quilombolas possuem profundo conhecimento sobre cuidado das infâncias e segurança alimentar e têm muito a ensinar a toda a sociedade brasileira. O que precisam é que sua dignidade e soberania sejam respeitadas. O

modelo hegemônico de desenvolvimento, sustentado por relações extrativistas e exploratórias, mostrou-se incapaz de promover vida plena e um futuro justo, pois desrespeita os limites da natureza e ignora os saberes das comunidades que vivem em harmonia com seus territórios. Esse modelo é falho, excludente e insustentável.

Mais que nunca, precisamos construir novos caminhos sustentáveis pautados no cuidado com a vida, na justiça social e na valorização das culturas tradicionais. As experiências quilombolas mostram que é possível viver de forma equilibrada com o meio ambiente, promovendo autonomia, solidariedade e bem-viver. É tempo de ouvir essas vozes, reconhecer esses saberes e aprender a implementar práticas de inclusão e proteção alimentar que coloquem a vida no centro. Enfrentar a indiferença social herdada de séculos de colonialismo exige políticas públicas sensíveis, comprometidas com a reconstrução de vínculos sociais e com a proteção da infância desde a gestação e dos primeiros anos de vida.

É preciso promover ações que valorizem a dignidade, a escuta e a inclusão, fortalecendo as conexões entre pessoas, territórios e ecossistemas que sustentam a vida quilombola. Quando perguntado o que significava ser quilombola, na experiência dele, um participante das oficinas disse: *“Eu acho que o quilombo é resistência, mas não é resistência apenas. O quilombo é uma forma diferente de existir. Eu tenho que aprender todo dia como é isso de estar conectado com a terra, com os outros seres. Se a gente se conecta, a gente se importa. Eu acho que a dificuldade da nossa sociedade é que a gente não consegue se importar.”*



“O Brasil é quilombola, nenhum quilombo a menos!”

Esse é o título de uma campanha nacional, lançada pela Conaq em 2017, que mobilizou toda a sociedade em apoio ao direito constitucional das comunidades quilombolas à terra. Muitas ações têm sido feitas nos últimos anos por parte do movimento negro e, principalmente, do movimento quilombola, não apenas para conseguir implementar os direitos já conquistados, mas também para impedir as ameaças de retrocesso desses mesmos direitos. O lema da campanha é uma potente afirmação que nos lembra: defender os territórios quilombolas é, também, proteger as crianças que neles crescem, garantindo que as primeiras infâncias quilombolas tenham seus direitos garantidos e se desenvolvam em plenitude de possibilidades.

Você sabia?

- A **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**, instituída em 2015, objetiva promover e proteger a saúde da criança, especialmente na primeira infância e em situação de vulnerabilidade. A PNAISC também destaca o cuidado com crianças quilombolas, garantindo atenção integral e equânime, conforme o Eixo Estratégico VI.
- A **Política Nacional de Cuidados**, lançada em 2023, é uma iniciativa que visa reconhecer, valorizar e garantir o direito ao cuidado como uma responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias, comunidades, setor privado e indivíduos. Ela é um passo fundamental para a construção de um Sistema Nacional de Cuidados.
- A **Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola (PNASQ)** é a primeira política do Ministério da Saúde focada especificamente nas especificidades em saúde quilombola e tem como objetivo garantir acesso integral à saúde dessa população, respeitando sua diversidade social, étnica, cultural, territorial e ancestral.
- A iniciativa **Saúde sem Racismo**, do Ministério da Saúde, tem como objetivo o enfrentamento ao racismo em suas políticas, programas e no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), considerando que populações negras, indígenas, quilombolas e ciganos enfrentam dificuldades para acessar, de forma adequada, equipamentos e tratamentos de saúde por conta do racismo.
- As **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução 8)** do Conselho Nacional de Educação, de 20 de novembro de 2012, garantem uma educação que valoriza a cultura, história e identidade das comunidades quilombolas. Defendem um ensino contextualizado, com participação da comunidade, formação de professores e materiais específicos, promovendo a equidade e o combate ao racismo na escola. A **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003, alterada pela **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008, estabelece, no art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a **obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e da História e Cultura Indígena na educação básica** e promove a incorporação de profissionais quilombolas nas equipes multidisciplinares de educação, saúde e assistência social, **bem como fortalece a efetividade dos mecanismos de participação e controle social.**

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, do CNE/CP, que constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (art. 2º)., Resolução nº 1, de 17 de junho 2004, do CNE/CP, que constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (art. 2º).
- **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** compra alimentos da agricultura familiar, incluindo comunidades quilombolas, para combater a fome e fortalecer a produção local. Os alimentos são destinados a escolas, creches e instituições sociais, promovendo segurança alimentar e inclusão social.
- **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** garante alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica pública, com recursos do governo federal. Ele também incentiva a agricultura familiar, exigindo que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos venham desse setor, incluindo quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais. O programa promove segurança alimentar, valorização da cultura alimentar local e desenvolvimento sustentável nas regiões atendidas.
- **O Pronaf Quilombola** é uma linha específica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltada para comunidades quilombolas reconhecidas. O objetivo é apoiar a produção agrícola por meio do acesso a crédito com condições diferenciadas, como juros reduzidos e prazos mais longos para pagamento, apoiando a produção, comercialização e melhorias nas atividades rurais. O programa busca fortalecer a autonomia econômica e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.





Mãe Bernadete Pacífico

O legado continua

Há pelo menos cinco séculos, as comunidades quilombolas tecem sua história no Brasil, uma narrativa profundamente marcada pela resistência, mas cuja essência transcende a luta e se afirma na vida cotidiana, na cultura e nos saberes ancestrais. A historiografia oficial predominante sobre a história do Brasil nos tem apresentado os quilombos somente a partir da resistência à escravização, silenciando os conhecimentos, práticas e cosmovisões afro-brasileiras que estruturam esses territórios. Porém, parafraseando o filósofo Achille Mbembe, as comunidades são também formas africanas de autoinscrição no mundo⁴². São, antes de tudo, um testemunho vivo da capacidade da população afro diaspórica de se manter digna, sem se tornar alheia a si mesma, e às próprias histórias e tradições.

Ao atravessar o período colonial, a barbárie abominável da escravização e as incessantes violências contemporâneas, os quilombos não apenas sobreviveram. Foram fundamentais para a abolição e seguem, hoje, como guardiões de um projeto de sociedade radicalmente diferente, que pode valorizar a vida, a cultura e a liberdade. São territórios nos quais a resistência deu lugar à existência plena, onde o poder ancestral se manifesta na cultura, nas tradições, nos saberes e no cuidado com a terra e com as crianças.

É fundamental que os gestores públicos se abram para as novas formas de olhar para esses territórios. O quilombo não é um problema a ser resolvido, mas um aliado estratégico na construção de políticas públicas culturalmente sensíveis e inclusivas. Implementar uma educação escolar quilombola, por exemplo, não é apenas levar a escola para a comunidade, mas aprender com a comunidade para

⁴² “As Formas Africanas de Auto-Inscrição”, Achille Mbembe, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ddR69Y7Ptm6KDv4tmHSvbF/?format=pdf&lang=pt>

enriquecer o ensino, integrando saberes, línguas, histórias e práticas culturais. Garantir o acesso à saúde significa valorizar a medicina tradicional e os saberes sobre as plantas, integrando-os ao sistema público e reconhecendo a integralidade da saúde física, emocional e espiritual.

Desde a Constituição Federal do Brasil de 1988, observa-se, lentamente, um conjunto de políticas públicas – do Programa Brasil Quilombola à titulação de terras, das diretrizes para educação diferenciada à saúde integral – que precisam ser efetivamente acionadas e financiadas. Mais que uma obrigação do Estado, é uma oportunidade histórica de promover justiça, reconhecimento e inclusão. Não é apenas sobre reparação, é permitir que toda a sociedade brasileira acesse fontes de sabedoria ancestral.

No Quilombo Caipora de Pitanga dos Palmares, várias faixas sinalizam que o legado continua, junto com imagens de Mãe Bernadete. Uma das lideranças fez questão de reforçar que muitas homenagens foram feitas à grande Mãe Bernadete depois do assassinato, mas que, para a comunidade, a verdadeira homenagem é ver a sociedade brasileira defendendo e vivenciando esse legado. Segundo ela, Mãe Bernadete defendia o todo. O Museu Rústico Mãe Bernadete, espaço de homenagem para ela e o filho, foi construído em mutirão, pelas mãos de toda a comunidade — pois a memória é uma expressão concreta da coletividade.

É imprescindível que os entes federativos — em especial municípios e estados — assumam a responsabilidade na defesa desse legado, garantindo a implementação de políticas públicas consistentes e estruturadas. Já existem instrumentos oficiais para consolidar um

modelo de atenção integral que reconheça e respeite as singularidades dos modos de vida quilombola, mas eles precisam ser vistos na prática, com acompanhamento e financiamento adequados. Como disse uma liderança, “a gente fica desacreditado depois de ver, tantas vezes, só o falar, sem a ação. Torna-se repetitivo”.

É urgente a aplicação articulada de políticas públicas específicas, como a PNASQ — assegurando, entre outros pontos, o atendimento qualificado e culturalmente adequado às gestantes quilombolas —, e das demais políticas já citadas neste caderno, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade.

Promover a implementação desses instrumentos de forma efetiva não é apenas uma ação de justiça social e reparação histórica: é fortalecer a democracia, a equidade, a valorização da diversidade cultural brasileira e os direitos das crianças quilombolas. O legado de Mãe Bernadete, assim como o de tantas lideranças quilombolas, exige mais que homenagens simbólicas — exige políticas públicas concretas, sustentáveis e construídas em diálogo com as próprias comunidades.

Proteger as infâncias quilombolas é semear um mundo em que raízes ancestrais floresçam em liberdade. É assegurar que cada criança cresça cercada de dignidade, acolhimento e orgulho da própria história, para que seus sonhos encontrem solo fértil e suas identidades sejam plenamente reconhecidas, respeitadas e fortalecidas por todas as gerações.

SOBRE O UNICEF:

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) trabalha para proteger os direitos de cada criança e adolescente, em todos os lugares, especialmente nos locais mais vulneráveis e remotos. Em mais de 190 países e territórios, faz o que for preciso para ajudar crianças e adolescentes a sobreviver, prosperar e alcançar o pleno potencial. Em 2025, o UNICEF comemora 75 anos no Brasil. O trabalho do UNICEF é financiado inteiramente por contribuições voluntárias.

SOBRE O COMITÊ GESTOR DA PIA — PRIMEIRA INFÂNCIA ANTIRRACISTA

O Comitê Gestor da Primeira Infância Antirracista é uma instância de governança intersetorial e interministerial criada para orientar, acompanhar e fortalecer a implementação da estratégia PIA — Primeira Infância Antirracista. Formado por representantes do UNICEF e do Governo Federal após o Memorando de Intenções, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), sob a liderança do Ministério da Igualdade Racial (MIR). A estratégia está contemplada no Plano de Ações Estratégicas do Comitê pela Primeira Infância, no âmbito da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, dentro do eixo Viver com Direitos, fortalecendo o compromisso do país com a promoção da equidade racial desde a primeira infância.



Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Portaria nº 470 de 14 de maio de 2024 do Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta do Descobrimento. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD. How Racism Can Affect Child Development. Harvard University, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro. Goiânia: CPT, 2025. Disponível em: https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Atlas_CPT-2025-v4-digital-PGunica.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância. São Paulo: NCPI, 2021. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

CONAQ. Assassinatos de Quilombolas: Ameaças a Quilombolas Defensores de Direitos Humanos (2019–2024). Brasília: CONAQ, 2024. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/document-s/03d00271_o.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH). Povos Livres, Territórios em Luta: Relatório sobre os Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: CNDH, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RELATRIOSOBREOSDIREITOSDOSPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISv2.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL (FMCSV). Painel: Desigualdades na Garantia do Direito à Pré-Escola. São Paulo: FMCSV, 2024. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil: 2021–2023. Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil: 2017–2023. Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/po>



breza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2017-2023. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil Quilombola. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/Brasil_Quilombola.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022. Brasília: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7431#resultado>. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2023. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). Observatório do Cadastro Único. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 3 nov. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e Sentidos. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n1c58on>. Acesso em: 3 nov. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma História Feita por Mãos Negras. 2021.

PWC; INSPER; MULHER 360; ONU MULHERES. Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”. 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_I6_digital.pdf.



Iniciativa



Parceria institucional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO
IGUALDADE

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
RACIAL

